

## TRABALHO E TRABALHADORES NO BRASIL MODERNO (1954-64): UM DIÁLOGO ENTRE DUAS HISTÓRIAS

STELA CRISTINA DE GODOI<sup>1</sup>

**RESUMO:** No Brasil do século XX, ao longo do período de 1954 a 1964, é possível observar a formação de uma classe operária no Brasil, em virtude da ampliação do parque industrial nacional. Esse contexto histórico foi terreno fértil à gênese do discurso ideológico nacional-desenvolvimentista. No processo de urbanização e industrialização, nos moldes fordistas/tayloristas, os sindicatos operários e os Partidos disputaram os rumos da classe trabalhadora no Brasil, a qual se formou como um novo mosaico étnico/regional, composto, sobretudo, por migrantes nacionais vindos das zonas rurais do país. Levando-se em consideração o cenário macro-estrutural e a dinâmica subjetiva e simbólica do trabalho, a análise das memórias de ex-operários, que se empregaram em diferentes indústrias metalúrgicas da cadeia produtiva de automóveis, lançou luzes sobre as relações conflitivas da vida cotidiana no mundo moderno, evidenciando uma contínua tentativa destes sujeitos de transpor a condição de máquinas de trabalho.

**PALAVRAS-CHAVE:** Experiência. Operários. Migração. Resistência. Ideologia. Trabalho. Memória.

### Introdução

Cientistas sociais, debruçados em diferentes temáticas, vêm apontando para as potencialidades dos trabalhos científicos realizados a partir de fontes empíricas. Deste modo, parece pertinente destacar a importância de que cada fato singular seja analisado vislumbrando-se a compreensão de sua totalidade. Assim, mediante um processo mnemônico é possível estabelecer fios interpretativos entre narrativas individuais e a fundamentação teórica, visando um entendimento das experiências de sujeitos históricos, bem como de seus nexos com a totalidade dos processos sociais postos em relevo pela análise.

Fundamentado nesse pressuposto epistemológico, este artigo apresentará alguns resultados obtidos com a pesquisa<sup>2</sup> realizada junto a quatorze ex-metalúrgicos, migrantes rurais, que deixaram a localidade de origem, nas zonas rurais do país, durante as décadas de 1940 e 1950, para embarcar em um outro modo de vida, nas cidades de São Paulo e ABC paulista.

Dentro do contexto de gênese do projeto nacional de desenvolvimento industrial, a análise das experiências de trabalhadores permite apreender não apenas as condições objetivas e reprodutivas vivenciadas especificamente por esses migrantes-operários, mas, sobretudo,

---

<sup>1</sup>Doutoranda em Sociologia. UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Pós Graduação em Sociologia do Trabalho e Desenvolvimento. Campinas – SP - Brasil. 13081-970 - stela\_godoi@yahoo.com.br

<sup>2</sup> A dissertação, *A roça e o aço: as experiências e as resistências operárias no Brasil moderno (1954-64)*, foi realizada no diálogo travado com interlocutores das ciências, sociológica, histórica e econômica e defendida em 2007 no Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, sob financiamento da Cnpq e orientação do prof<sup>o</sup> Dr. Ricardo Antunes.

põe em evidência a necessidade dos sujeitos da classe trabalhadora de empregar estratégias de resistência no próprio cotidiano, contra a vivência estranhada<sup>3</sup> imposta pelo mundo do trabalho, já que o estranhamento enquanto processo, como expressão contraditória do sistema capitalista, é a incessante rebelião da atividade contra a passividade, do ser contra o sofrimento.

O conceito de experiência desenvolvido por E. P. Thompson, no diálogo crítico com o estruturalismo althusseriano, foi considerado pertinente para dar visibilidade à participação ativa desses sujeitos históricos no interior deste modo de produção, já que, segundo este autor, as condições estruturais que se impõem sobre os sujeitos de uma mesma classe são tratadas pela cultura. Assim, no prefácio de 1963 da obra “A formação da classe operária inglesa”, Thompson ressalta o movimento de “auto-fazer-se” das classes ao longo da história: “um processo ativo que se deve tanto à ação humana como aos condicionamentos”. Para este autor, a classe é um fenômeno histórico, “[...] que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência.” (THOMPSON, 1987, p.9).

A partir da inovação, no campo do marxismo, proposta por este autor, é possível afirmar que a experiência de classe ocorre sob a determinação das relações de produção e a consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais, encarnados em tradições e sistema de valores. Se a experiência de classe nasce determinada, a consciência nunca surge da mesma forma, porque são vivenciadas a partir de culturas, tempos e espaços diferentes. Portanto, entre os entrevistados deste estudo, a elaboração da experiência de classe efetivou-se no plano da consciência de variadas formas. As condições estruturais semelhantes propiciaram, desde a reunião em torno da classe social, nas greves e manifestações de solidariedade narradas pelos entrevistados, até a erosão da estabilidade do grupo, quando a clivagem étnica/regional e a competição por produtividade, fomentada pela fábrica, não permitiram a identificação e o reconhecimento mútuo entre os operários.

Entendendo o trabalho como uma atividade central na sociabilidade humana é possível perguntar em que acarreta a redução do “trabalho a uma simples técnica” dentro do modo de produção capitalista? Tais reflexões permitem afirmar que a despeito do processo de transformação da força de trabalho em mercadoria e, da redução do trabalho a meio para satisfazer carências externas ao trabalhador, há também a busca de um trabalho que realize as

---

<sup>3</sup> Sob a égide do modo de produção capitalista há uma sobrepujança do trabalho estranhado como a forma concreta de atividade de trabalho para a produção de mercadorias: “O trabalho abstrato é o trabalho unilateral, maquinal” (MÉSZÁROS, 2006, p. 134). Na tradução dos “Manuscritos econômicos e filosóficos”, desenvolvida por Jesus Ranieri (2004), há, entretanto, uma distinção sugerida entre alienação (Entäusserung) e estranhamento (Entfremdung) devido ao lugar distinto que ocupam no sistema de Karl Marx. Como alienação compreende-se o ato de exteriorizar algo em alguma coisa, uma ação de transferência que sintetiza o momento de objetivação humana no trabalho, por meio de um produto resultante de sua criação. Assim, a referência à alienação em alguns momentos da obra de Marx aparece na sua positividade, como ato de exteriorizar-se através do trabalho, ato esse que ocorre em todo o percurso trans-histórico do trabalho humano. Perceber a positividade que esse termo pode ter para o entendimento da vida humana, permite vislumbrar não a negação a toda forma de trabalho, mas a fuga de um tipo específico de relação social, fundada sobre a exploração do trabalho alheio. Essa distinção será importante para a reflexão sobre a resistência através da recriação do **sentido trabalho**, que está sendo sugerida por meio deste estudo. O estranhamento, por sua vez, seria a **objeção sócio-econômica à realização humana**, na medida em que determina historicamente o conteúdo das exteriorizações através da apropriação do trabalho, tornado-se uma propriedade privada (ANTUNES, 1999; RANIERI, 2004). Deste modo, ao longo deste estudo será adotada essa tradução, de forma que será utilizado o termo estranhamento nas ocasiões em que o sentido atribuído à alienação for negativo, embora dialético.

necessidades humanas, objetivas e subjetivas. Portanto, esse estudo partiu da memória e do cotidiano para compreender a experiência e a resistência operária. Pelo fenômeno da memória captamos a complexa relação entre a reprodução e a resistência, sobre os valores dominantes da sociedade em processo de modernização e sobre a dinâmica do trabalho humano transformado em mercadoria.

Através das práticas sociais de resistência operária na esfera da vida cotidiana no mundo moderno, foi possível encontrar um cotidiano politizado. Politizado no sentido de que encerra práticas de resistência à efemeridade da vida cotidiana e contra a castração das potencialidades do trabalho humano na sociedade de consumo. A história narrada pelos ex-metalúrgicos sobre as pequenas “recusas” abrange práticas de resistências, empreendidas ao longo do final da década de 1950 e meados de 1960, portanto, em um contexto de hegemonia da ideologia nacional-desenvolvimentista, como discurso oficial do Estado.

### **O nacional-desenvolvimentista: a ideologia oficial da modernização brasileira**

De acordo com Chauí (1994) a ideologia nacionalista faz da Nação o sujeito da história, ocultando que a nação se compõe de classes sociais em luta. Assim, para se compreender a complexidade presente na formação social brasileira, bem como a natureza das contradições do processo de modernização capitalista brasileiro de meados do século XX, é necessário submeter à crítica a ideologia oficial do Estado desenvolvimentista, o nacional-desenvolvimentismo.

Pela ótica desenvolvimentista a história de nosso passado recente fica reduzida aos termos da civilização contra a barbárie, do livre comércio e da liberdade contra a incultura e as velhas tradições, que obstaculizam o progresso. Assim, a ideologia nacional-desenvolvimentista afirmada no governo Juscelino Kubitschek, disputa o status de uma ideologia, em geral, de um conjunto de representações e valores que atendiam a um desejo nacional, desconectando-se, deste modo, do contexto da luta de classe. Contudo, segundo Toledo (1997, p.29), para “[...] discutir o tema das ideologias na sociedade de classes [...], o conceito de relações de classes deve-se consistir na referência obrigatória quando se pensa o nível da superestrutura político-ideológica. [...]”.

A criação, em 1955, do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) surgiu da necessidade de racionalizar o surto de desenvolvimento do país. Juscelino Kubitschek (1959), discursando por ocasião da criação dessa instituição, ressalta a “vocação teorizante” da mesma, afirmando que os estudos realizados pelo ISEB eram baseados em “métodos científicos e racionais, sem preconceito ou sectarismos”. Entretanto, a afirmação de neutralidade confrontava-se, segundo Toledo (1997, p.43), com a proposição de produzir uma ideologia do desenvolvimento,

[...] Produção científica e pesquisa teórica, sim – desde que estivessem subordinadas ao projeto de desenvolvimento nacional; contudo, não se permitirá em momento algum que se nomeie, nas formulações oficiais, o vocábulo ideologia. [...] Não se poderia admitir que o Estado – “representante da nação” [...] – promova ideologias.

Contudo, Toledo (1997, p.43) afirma que a “[...] permissiva ideológica” dada ao ISEB devia-se ao fato de que a ideologia patrocinada por essa instituição, representava “os interesses gerais da nação.” Segundo essa concepção, era necessário forjar novas ideologias que fossem condizentes com as condições materiais daquele momento histórico. Acreditava-se, deste modo, que superada a condição colonial, o Brasil teria condições de formular um projeto próprio, não precisando mais “[...] se conformar com seu estado de subserviência e de dependência.” (TOLEDO, 1997, p.46). Entretanto, essa pesquisa permitiu observar que esse lema autonomista se deu, quicá, no plano político, pois do ponto de vista econômico, social e simbólico, observou-se uma crescente relação de dependência com as outras nações do mundo, especialmente os EUA, líder mundial do contexto histórico do pós-Segunda Guerra Mundial.

O desenvolvimento urbano-industrial, durante o período de 1954 a 1964, foi financiado economicamente, principalmente, pelo FMI, pelos bancos privados norte-americanos e pelas multinacionais que se instalaram no Brasil, durante o pós-guerra. Simbolicamente, por sua vez, o desenvolvimento nacional era influenciado pelo imaginário construído a respeito das nações capitalistas avançadas, detentoras dos valores sociais modernos. Nesse contexto, o automóvel era visto como um “agente civilizatório”.<sup>4</sup> Contudo, essa relação de dependência com o chamado “primeiro mundo” era maquiada pela retórica político-ideológica, na medida em que, segundo o presidente Juscelino Kubitschek (1959), o Brasil encontrava-se em condições de relacionar-se com as outras nações do mundo, abandonando uma postura **xenófoba ao capital estrangeiro**.

Toledo (1997), com base em sua pesquisa sobre os **históricos** do ISEB, afirmou que no trabalho de construção da ideologia nacional-desenvolvimentista, a noção de autenticidade desempenhou um papel fundamental. Portanto, os esforços intelectuais e políticos do ISEB, a despeito da heterogeneidade propositiva e analítica dos seus membros, convergiam para a definitiva consolidação do capitalismo nacional. O nacionalismo – na versão desenvolvimentista – era a ideologia hegemônica daquele período da modernidade brasileira. A partir do governo Kubitschek, o projeto de desenvolvimento pretendido para o país pode ser sintetizado, segundo Cardoso (1978), através de uma tríade: progresso, ordem e soberania.

Pela análise de alguns discursos de Juscelino Kubitschek (1959) foi possível constatar a força simbólica presente em cada um desses ícones. Ao progresso, se associava a noção de que a etapa da industrialização, com bens de consumo primordiais sendo produzidos internamente, seria a etapa evolutiva de superação do subdesenvolvimento e da miséria brasileira. A miséria era vista como uma ameaça à “liberdade da nação”, pois deixaria terreno social fértil à contaminação do povo pela ameaça do comunismo internacional. Nas palavras do então presidente,

[...] Não é possível que, diante da ameaça que representa para o Ocidente o comunismo internacional, as nações democráticas se mostrem incapazes de superar os erros do passado e de formular uma política de grandeza, que demonstre a capacidade da democracia de atender às necessidades maiores da maioria esmagadora da humanidade, constituída por povos que ainda vegetam no limiar da civilização moderna.<sup>5</sup> (KUBITSCHKEK apud CARDOSO, 1978. p.99).

---

<sup>4</sup> Esse termo foi extraído de discursos de Juscelino Kubitschek, analisados neste estudo, os quais encontram-se reunidos em publicação oficial da União do ano de 1958 e 1959.

<sup>5</sup> Cf. KUBITSCHKEK apud CARDOSO, 1978, p. 99.

A ideologia nacional-desenvolvimentista, ao espelhar a superação do subdesenvolvimento nos países de capitalismo consolidado, simpática à técnica, ao capital e ao modo de vida dessas nações vista como soberanas e democráticas, o fez defendendo não só os interesses econômicos das classes dominantes, especialmente aqueles da burguesia industrial, mas também seus valores. Nas palavras de Thompson (1981, p.190): “[...] toda contradição é um conflito de valor, tanto quanto um conflito de interesse; [...] em cada ‘necessidade’ há um afeto, ou ‘vontade’, [...] toda luta de classe é ao mesmo tempo uma luta acerca de valores [...]”. Portanto, esse autor, prosseguindo sua crítica à análise estruturalista, alerta para a reificação do processo social, que enquanto tratado como coisa, perde de vista o processo de incorporação de ideologias e valores, a que os sujeitos históricos estão submetidos, pois a ideologia dominante não é apenas um valor ou prática isolada à classe dominante.

Assim, é necessário que se transite da análise da ideologia e dos valores associados ao contratualismo da vida urbano-industrial moderna do Brasil desenvolvimentista para a análise das experiências e das práticas sociais de resistência dos trabalhadores envolvidos no processo de produção da mercadoria-símbolo da modernidade, os automóveis.

### **Trabalho e subjetividade: um diálogo com os autores**

Acerca do operariado paulista deste período histórico, muitos estudiosos já se debruçaram. Entretanto, a revisão bibliográfica realizada nessa pesquisa, permitiu constatar um privilegiamento do universo público dessa experiência operária, enfatizando, sobretudo, o sindicalismo liderado pela categoria metalúrgica. Por sua vez, as análises sobre a vida cotidiana e a dimensão subjetiva da experiência laboral desses sujeitos mostraram-se ainda insuficientes.

Entretanto, a despeito da larga literatura já produzida, a concepção de cotidiano de Henri Lefebvre (1991) lança luzes sobre a necessidade de uma nova reconstrução histórica, considerando o cotidiano relacionado com a modernidade e, portanto, o cotidiano enquanto espaço de resistência e reprodução dos valores dominantes. Segundo esse autor, a vida cotidiana não se compõe apenas de “repetições” e efemeridades, mas também de “drama”, de vida e de morte.

O olhar sociológico aqui proposto sob algumas experiências operárias, não pretende estabelecer uma hierarquia entre as resistências de caráter coletivo sindical e as de caráter individual, sobretudo porque não se considerou o indivíduo uma entidade descolada da dinâmica societal coletiva. Sob o desafio de construir uma análise dialética, parece pertinente destacar a importância da mobilização coletiva sindical para os rumos da classe trabalhadora na sociedade capitalista, sem com isso atribuir menor importância, para com esses mesmos objetivos, às alternativas cotidianas de vida e trabalho criadas por diferentes sujeitos.

Assim, a partir das experiências reconstruídas por meio dos fragmentos de memórias dos personagens sociais entrevistados, foi possível estabelecer um diálogo entre duas histórias: a oficial e a oral. Entretanto, no interior dessas duas histórias, não há uma versão fechada, já que a cada novo momento histórico, as luzes do presente interferem no olhar sobre o passado. Assim, com base numa revisão bibliográfica dos estudos sobre este operariado, foi possível constatar a necessidade de recontar, novamente, a história da “elite operária” durante

o período de modernização desenvolvimentista, no Brasil, agora a partir das lembranças de um pequeno grupo de operários.

José Sérgio Leite Lopes (1987), na introdução ao livro *Cultura & identidade operária. Aspectos da cultura da classe trabalhadora*, menciona que a corrente de historiadores sociais preocupados com as mentalidades coletivas da classe trabalhadora procurou nas obras de E. Hobsbawm, E. P. Thompson e dos estudos antropológicos de comunidade,

[...] uma problemática não exclusivamente voltada para os aspectos políticos, ou para as condições materiais de vida dessa classe”, [mas voltada, sobretudo, para as] “práticas cotidianas, as suas tradições, [...], a internalização subjetiva de suas condições materiais de existência. (LOPES, 1987, p.14).

Segundo Ferreira (2001), desde 1945, um conjunto de estudos passaram a explicar o apoio dos trabalhadores ao governo trabalhista, devido à demagogia, à manipulação e à repressão por parte do poder público. Por essa via de análise, pairou sobre a teoria um processo de **vitimização** da classe trabalhadora, a qual teria sido passivamente ludibriada pelos governos classificados como “populistas”. Assim, foi ignorada a relação de reciprocidade, a reprodução e a resistência, inerente aos embates entre as classes antagônicas.

Conforme avalia Silva (1999), o golpe de 1964 exerceu extraordinário impacto nos estudos acadêmicos sobre o movimento operário brasileiro. Para o mesmo autor, a história da classe operária da Primeira República foi o contraponto ideal para as teorias que privilegiavam a classe como um sujeito autônomo, fazendo com que o outro lado da história da Primeira República, o período de 1930 a 1964, permanecesse como um longo interregno de estratégias clientelistas de cooptação de classe e ligações anti-democráticas entre lideranças sindicais e bases operárias. Deste modo, a história da classe permanecia consagrada pelas categorias: populismo, controle e cooptação.

A partir dos anos 1980, com o período de redemocratização no Brasil, abriu-se o espaço de um novo repensar sobre a história da classe trabalhadora e do movimento operário. Uma nova geração de estudos surgiu refutando as visões estruturalistas, que entendiam hegemonia enquanto submissão. Entretanto, grande parte dessas discussões esteve voltada para a análise do movimento operário, dando visibilidade, sobretudo, para a resistência política e sindical dos trabalhadores urbanos. Dejours (2000), também aponta para o fato de que em grande parte dos estudos que refletiram sobre a dinâmica do trabalho no capitalismo, e sobre os trabalhadores, referiram-se ao sofrimento psíquico apenas marginalmente,

[...] no decorrer de um romance ou de um relato [...] as preocupações relativas à saúde mental, ao sofrimento psíquico no trabalho, ao medo da alienação, à crise do sentido do trabalho não só deixaram de ser analisadas e compreendidas, como também foram freqüentemente rejeitadas e desqualificadas. [E nos] anos 70, as [...] organizações sindicais [...] [e] esquerdistas recusaram-se a levar em consideração as questões relativas à subjetividade no trabalho. (DEJOURS, 2000, p.38).

Entretanto, essa negativa em se debruçar sobre essas questões, não esteve acompanhada pela mesma negativa por parte do sistema industrial de gestão do trabalho, em todo o mundo. Segundo Dejours (2000), sobretudo nos anos 70 do século XX, o movimento esquerdista não deu atenção ao sofrimento no trabalho. Subjetividade, sofrimento subjetivo e patologia mental

suscitavam reprovação pública. Tidas como anti-materialistas, tais preocupações com a saúde mental tolheriam a,

[...] mobilização coletiva e a consciência de classe, [favorecendo um] egocentrismo pequeno-burguês. [Mas] onde os sindicatos não queriam se aventurar, patrões [...] formulavam novas concepções e introduziam novos métodos concernentes à subjetividade e ao sentido do trabalho [...] (DEJOURS, 2000, p.39).

Assim, com a invenção do fordismo, trazido principalmente pelas empresas multinacionais, instaladas, no Brasil, durante o período estudado, foi acrescentado, ao processo de acumulação do capital propriamente dito, o processo de acumulação de conhecimentos acerca das dinâmicas das relações intersubjetivas no trabalho. Essas experiências,

[...] ensinavam que todos os elementos envolvidos no processo produtivo também poderiam e deveriam ser analisados, esquadrihados e aperfeiçoados, de acordo com os conhecimentos científicos e as necessidades técnicas da produção mecanizada. (MICELI, 1984, p.25).

Portanto, Miceli (1984) reforça a idéia desenvolvida acima, com base em Dejours (2000), na medida em que afirma a importância atribuída aos fatores de ordem psicológica na planificação científica do trabalho<sup>6</sup>.

Segundo Benjamin (1994), um certo tipo de marxismo que concebendo as necessidades humanas, associadas à cultura, a identidade, à liberdade, e ao enraizamento como necessidades de segunda ordem, como “coisas refinadas” e “espirituais”, simplificou o conteúdo da luta de classe. Simone Weil (2001, p.11), por sua vez, destacou as “necessidades da alma” implicadas na luta dos trabalhadores. Assim, afirmou que “Todo o mundo tem consciência de que há crueldades que atingem a vida do homem sem atingir seu corpo. São as que privam o homem de um certo alimento necessário à vida da alma.”

Antunes (1999, p.143), refletindo sobre os sentidos do trabalho, demolidos pela ordem do capital, afirma que “uma vida cheia de sentido encontra na esfera do trabalho seu primeiro momento de realização”, mas que não se resume exclusivamente ao trabalho: “Na busca de uma vida cheia de sentido, a arte, a poesia, a pintura, a literatura, a música, o momento de criação, o tempo de liberdade, têm um significado muito especial.”

Entendendo-se, portanto, o trabalho enquanto elemento central na estruturação do ser social – das identidades, valores e experiências humanas –, buscou-se mostrar que a luta de classes é palco de disputa não somente por interesses materiais, mas também por valores. Portanto, os ideais de liberdade e arte, mencionados acima por Antunes (1999), também resistem no interior da dinâmica do trabalho, mesmo submerso à condição de estranhamento,

---

<sup>6</sup> No Brasil, em 1959, o Fórum “Roberto Simonsen” promoveu um ciclo de conferências sobre os problemas psicológicos da industrialização a partir de um convênio com a Sociedade de Psicologia de São Paulo. Na apresentação da publicação em que resulta tal evento, Antônio Devisate (1959, p.9) declarou: “Tal promoção teve em mira oferecer aos homens de empresa de São Paulo e seus auxiliares mais imediatos uma análise em profundidade dos elementos que possam compor um clima de harmonia entre dirigentes e executores de nossa produção.”

mostrando as fissuras na processualidade histórica do sistema de dominação capitalista, que, sob o contexto taylorista/fordista, buscou submeter os indivíduos da classe trabalhadora a um trabalho que “[...] não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua *physis* e arruína seu espírito.” (MARX, 2004, p.82).

Nas narrativas dos metalúrgicos entrevistados, os detalhes, os silêncios e as emoções não se submeteram aos elementos mais materiais daquelas experiências. Ou seja, os alimentos da alma (WEIL, 2001), o ideal da liberdade, da arte e da justiça, presentes na luta empreendida pelos sujeitos dessa história – pelo enraizamento em um dado espaço, pelo prazer, no e pelo trabalho, e pela autonomia sobre o tempo – não são menos importantes do que os alimentos do corpo.

Deste modo, orientada pela defesa de Benjamin (1994) de que “escovar a história a contrapelo” significa a recusa em se juntar ao cortejo triunfal dos vencedores e possibilita um salto para fora da marcha do progresso, buscou-se compreender a potencialidade das recusas elaboradas pelos trabalhadores que desnudam as ameaças que o progresso técnico e econômico, promovido pelo contínuo processo de modernização capitalista, faz pesar sobre a humanidade: a transformação dos seres humanos em máquinas de trabalho, a degradação do trabalho a uma simples técnica, a submissão desesperadora das pessoas ao mecanismo social.

Assim, o conceito de experiência de Thompson (1981), desenvolvida a partir da crítica ao estruturalismo althusseriano, permite estabelecer mediações entre os sujeitos e as estruturas sociais objetivas. Através desta concepção proposta por Thompson, não se compreende a realidade histórico-social como um encadeamento mecanicista, mas como um processo histórico aberto. Para Thompson (1981, p.182) a experiência é um termo médio que dá cor à cultura, aos valores e ao pensamento e, é por meio da experiência, que o modo de produção exerce uma pressão determinante sobre outras atividades,

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro desse termo – não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura [...] das mais complexas maneiras [...] e em seguida agem, por sua vez, sobre sua situação determinada. (THOMPSON, 1981, p.182).

Assim, a experiência se coloca, portanto, como o mediador das determinações estruturais, de fundo econômico, que se impõem sobre a história dos sujeitos. Os fatores macro-estruturais determinam as condições objetivas sobre as quais os sujeitos atuam, mas não inviabilizam as possibilidades de interferência desses agentes históricos, na medida em que as particularidades culturais e sociais de cada grupo resignificam a estrutura. A partir dos relatos dos entrevistados observou-se uma reinvenção do “sentido do trabalho” nas fronteiras do rural e do urbano, do tradicional e do moderno, ainda que a condição social de tais sujeitos estivesse determinada por um sistema de estranhamento presente em todo o mundo do trabalho.

### **Das estruturas às experiências: um diálogo com a memória operária**

Na contramão das análises que opõem a objetividade a subjetividade este estudo observou que as resistências que se operaram na vida cotidiana dos metalúrgicos

entrevistados, no contexto do nacional-desenvolvimentismo, sofreram influência de uma cultura recriada na fronteira do rural e do urbano e de lampejos de um trabalho voltado à realização do valor-de-uso, cujos produtos tornaram-se objetos biográficos da memória. As histórias de vidas e depoimentos que foram analisados apontaram para a conclusão de que as experiências destes sujeitos foram processadas através da cultura no plano do cotidiano, e subjetivada no plano da resistência de ao menos três diferentes formas observadas: os **biscates**, as produções literárias e as oficinas domésticas.

**Biscate** foi um termo – provavelmente carregado de conotação pejorativa – empregado pelos agentes da sociedade do controle e da propriedade privada, re-capturado pelos operários ao longo da pesquisa de campo, para designar esses objetos forjados na fábrica, mas não para a fábrica. Objetos que não são mercadorias, pois não foram produzidos visando a realização do seu valor-de-troca. São, sobretudo, formas preliminares de liberdade e de emprego da criatividade, na produção de valor-de-uso no trabalho manual.

Alguns trabalhadores reiteraram sem constrangimento tal prática e outros evitaram ou se negaram a falar sobre isso. Os objetos produzidos enquanto “biscates” representavam, para a empresa, bem como para uma ala do movimento operário sindical, “roubo”. Assim, uma conclusão a que se pode chegar é a de que a organização política sindical exerceu, no período aqui investigado, ao mesmo tempo um suporte e uma pressão cotidiana sobre os trabalhadores no sentido de dirigir suas expressões de resistência. Nesse movimento, as pequenas recusas, que tocavam questões profundas da condição do trabalhador no sistema do capital – aquelas que se referem (mesmo que inconscientemente) as características ontológicas do trabalho humano – eram vigiadas por quase todas as peças deste tabuleiro social, pelo Estado, pela indústria e por algumas entidades sindicais, o que pode vir a explicar o por quê de tais iniciativas terem ficado substancialmente eclipsadas na história oficial.

É possível relacionar processos sociais concretos a características “estruturais”. Mas, antes, é preciso que se transite da estrutura para a experiência. Ou seja, é necessário que se parta da noção de sujeito “associada à possibilidade de autonomia”, pela “dimensão do imaginário como capacidade de dar-se algo além daquilo que está dado” (SADER, 1988, p.56). Deste modo, buscou-se, nas análises empreendidas neste estudo, evitar derivar as características políticas do cotidiano operário, exclusivamente dos fatores econômicos – como associar os “biscates” a motivações de ordem material –, já que há uma gama de respostas possíveis diante de uma mesma solicitação estrutural dada.

Assim, o processo de efetivação do homem, no produto de seu trabalho, enquanto objetivação, acontece em sua positividade na prática dos biscates, no interior da experiência de vida dos sujeitos marcados pela migração e, pela criação de um novo mundo urbano. Na visita à casa de um entrevistado, foi possível perceber o orgulho que ele sentia por ter forjado seu próprio suporte de coador de café. O coador de pano, por ele associado como um hábito da vida na roça estava apoiado no suporte de aço, produzido no tempo da fábrica, mas não para a fábrica. São a roça e o aço efetivamente apropriados. Então, o aprendizado técnico-racional da atividade metalúrgica, que no ambiente da fábrica representa sofrimento, ganha outro significado quando denota utilidade e arte. Deste modo, no fragmento abaixo, sr. Orlando, em entrevista gravada em 2006, descreve os dois objetos produzidos no tempo da fábrica e que ocupam, hoje, o status de objetos biográficos,

[...] Eu trabalhava numa firma para tampa de material de aço inoxidável, [então] aproveitei e fiz [uma concha e uma mariquinha]. Eu fiz esse de três pernas, mas [tinha] algumas pessoas que faziam com disco embaixo, com pino torneado. Era um troço bacana pra caramba! Quem trabalhava na

oficina mecânica, a maior parte fazia daquele tipo. Eu, como não trabalhava na mecânica, não vou estar pedindo [para] os outros [ficarem] torneando [para mim], [então] falei: “Eu vou fazer um de três pernas”, que eu já conhecia da roça. Lá meu pai fazia de madeira. Esse de três pés é mariquinha, esse é o nome que dão na minha cidade. E a concha, ela tinha uma prensinha manual hidráulica. Você faz um “estampinho”, corta o disquinho no tamanho e fura a estampa. Aí a gente prensa até chegar no côncavo; ela fica com a beirada toda onduladzinha. (DIAS, 2006 apud GODOI, 2007, p.157).

A foto abaixo mostra um de seus artefatos de aço, produzidos não enquanto mercadorias, mas visando a realização do seu valor-de-uso, não existindo neles um valor-de-troca, já que segundo outro entrevistado: “[...] não se fazia para ganhar dinheiro, é mais por prazer, para presentear algum amigo [...]” (ADICEL PINTO, 2006 apud GODOI, 2007, p.157).



**Foto 1** - Tripé de aço para coador de café produzido pelo entrevistado Orlando Aleixo Dias. Fonte: Stela Cristina de Godoi (2006).

Conforme foi possível observar a partir da pesquisa de campo e bibliográfica, a resignificação da atividade de trabalho, buscando arte e utilidade, operou na subjetividade desses trabalhadores como uma luta contra o estranhamento no trabalho. Portanto, neste estudo, tomou-se de empréstimo o questionamento de Linhart (1986): Qual o espírito, qual o corpo que pode aceitar sem um movimento de revolta a sua condição de exploração nos subterrâneos da modernidade brasileira? Entretanto, além da resistência encontrada na dinâmica do próprio trabalho industrial, na prática dos biscates, bem como das greves e pequenos manejos sobre o tempo de produção, o espaço privado dos sujeitos entrevistados também foi palco da re-invenção da condição operária, a partir da criação de “lugares de memória”<sup>7</sup> que congregam seu passado e seu presente.

Considerando que o objetivo do estudo foi compreender as formas de resistência cotidianas construídas pelos trabalhadores, contra o estranhamento nas relações sociais, no período de modernização, a preocupação central da pesquisa não se resumiu a experiência que se encerrou no cotidiano da fábrica dos operários entrevistados, mas buscou-se apreender o

---

<sup>7</sup> De acordo com Pierre Nora (1993, p.22) um “lugar de memória” apresenta um sentido “material, simbólico e funcional”, pois além de caracterizar a experiência de um grupo garante, ao mesmo tempo, “a cristalização da lembrança e sua transmissão”.

mundo do trabalho, ou seja, a dimensão objetiva do trabalho e sua repercussão sob o tempo subjetivo.

Assim, embora as produções literárias de alguns dos entrevistados e as atividades encerradas no universo das oficinas domésticas de outros depoentes sejam evidências da pesquisa que demonstram pequenas recusas à ruptura com o passado, exigida pela modernidade, elas não se constituem material suficiente que aferir qualquer generalização a todo o grupo operário. Contudo, considerando o cotidiano como lugar de conflito entre o racional e o irracional, essas evidências empíricas apontam para uma tentativa de dar continuidade, no tempo e no espaço, às práticas de resistência à racionalização da vida e ao estranhamento na suas relações com o mundo objetivo.

Através da análise das histórias de vida dos trabalhadores ouvidos na pesquisa, foi possível perceber os sujeitos interferindo ativamente na criação de “lugares de memória”, enquanto espaços de resistência contra a “desfeticização” da vida fora do trabalho. Assim, a prática literária, desenvolvida por dois entrevistados deste estudo, mostra uma busca por encontrar um outro sentido para a vida fora do trabalho estranhado. As histórias reproduzidas no papel por esses sujeitos tornam-se, simbolicamente, “lugares de memória” na medida em que seu significado mais relevante não se encontra no estilo literário ou na perícia com as palavras, mas na capacidade de congrega experiências vividas no mundo objetivo e subjetivo.

### **Considerações finais**

A pesquisa de campo deste trabalho permitiu identificar as engrenagens da fábrica no processo de sujeição do trabalhador à exploração de sua força de trabalho, bem como as pequenas recusas criadas por esses operários. Segundo Linhart (1986), acerca de sua experiência numa fábrica francesa de automóveis, os operários, ainda que mergulhados na cadência da máquina, resistem à sujeição total, resistem à ausência de sentido no trabalho, defendem-se “contra a repetição e o nada”.

Assim, desde o processo de ressocialização vivenciado pelos migrantes que chegaram em São Paulo, nas décadas de 1940 e 1950, até a experiência operária depois da aposentadoria conseguida com o trabalho metalúrgico, as análises das memórias dos entrevistados permitiram perceber uma tentativa de transpor a condição operária de estranhamento no contexto do pós-guerra. Deste modo, as pequenas recusas dos migrantes à modernidade brasileira, a busca de práticas e pequenos acontecimentos que dêem sentido para o trabalho e a criação de “lugares de memória”, inserem no contexto da resistência desses homens a condição de “máquinas de trabalho”. As evidências empíricas que serão apresentadas adiante, caracterizam-se como uma tentativa de satisfazer necessidades humanas subjetivas, descritas por Simone Weil (2001) como “necessidades da alma”, as quais foram, segundo Christophe Dejourn (2000), algumas vezes negligenciadas pelos movimentos sindicais.

O trabalho e as culturas étnico/regionais dos sujeitos entrevistados constituíram-se marcas de um fenômeno social, não correspondendo apenas às histórias privadas dos indivíduos, mas também à história do coletivo da classe trabalhadora. Por fim, a pesquisa desenvolvida permitiu perceber que a experiência de trabalho e a herança cultural (rural no caso de onze dentre doze dos depoentes), refletiram-se sobre as vidas desses sujeitos, na infância e na velhice, num processo contínuo de constituição de suas subjetividades. Deste

modo, buscou-se fazer deste estudo algo mais do que um meio para contar uma experiência já passada. O desenvolvimento e a exposição dessa pesquisa buscaram efetivar-se, também, enquanto meio de reflexão sobre os impasses e as possibilidades que aquele período da história social do trabalho projeta, hoje, sobre toda a sociedade.

Um conjunto de conquistas sociais foi obtido desde as primeiras décadas do século XX no Brasil, graças às lutas travadas entre trabalhadores, patrões e o Estado: tais como o décimo terceiro salário, a redução da jornada de trabalho, o pagamento de horas extras, dentre outras leis de proteção aos direitos dos trabalhadores no interior da sociedade desigual capitalista. Entretanto, essas reivindicações à interferência do Estado, através da criação de leis do trabalho, foram negociadas porque, naquele momento histórico de demanda reprimida e expansão do parque industrial, não se constituíam em empecilhos à acumulação de capitais e ao crescimento econômico.

Por sua vez, a observação da realidade contemporânea permite perceber que algumas conquistas da classe trabalhadora estão sendo “flexibilizadas” nos dias atuais, ainda sob o rótulo de modernização. Entretanto, admitir a gravidade da retirada destes direitos conquistados, não significa afirmar que a sociedade tenha vivido no “paraíso” durante o contexto histórico nacional-desenvolvimentista; embora o tempo presente possa ser entendido hoje, pela maioria social, como o “limiar do inferno”.<sup>8</sup>

Desse modo, buscando retirar, nos termos benjaminianos, a “tradição do conformismo”, a reconstrução dessa história possibilita que o retorno ao passado se faça em um movimento dialético, de interrupção, conservação e superação. Assim, buscou-se construir um conhecimento que fundamente práticas sociais que não idealizem o passado, de modo que o presente e o futuro não se movam em direção ao retorno estático à totalidade social da década de 1950. Neste sentido, para evitar idealizações, parece necessário compreender que as condições sociais nacional-desenvolvimentistas projetaram-se sobre o tempo presente no movimento de crise econômica e reestruturação produtiva do modo de acumulação capitalista, na cadência da descartabilidade crescente das mercadorias.

As experiências e as práticas de resistências vivenciadas pelos trabalhadores entrevistados, contra o trabalho repetitivo e não gratificante no contexto de consolidação capitalista no Brasil, suscitam a necessidade histórica de superação deste modo de produção, fundado na exploração do trabalho e na produção de “apetites imaginários”<sup>9</sup>. No interior desse sistema, a luta cotidiana dos operários entrevistados por uma relação de trabalho marcada pelo direito à apropriação e à humanização, contra o estranhamento, inspira a reflexão sobre a necessidade de recriação, e articulação coletiva, daquelas práticas de resistência empreendidas no contexto fordista, para os dias de hoje, nos quais os mecanismos de controle e de introjeção dos valores dominantes se aperfeiçoaram. Assim, as experiências narradas mostram a necessidade de que, no terreno das lutas sociais, travadas pelos grupos dominados da sociedade, compatibilize-se também a utopia de um outro tipo de trabalho, cuja riqueza não se encontre apenas na esfera da circulação e consumo, mas, sobretudo, na esfera da produção e reprodução da vida humana.

---

<sup>8</sup> Martins (2006).

<sup>9</sup> Segundo Mészáros (2006), nesse modo de produção, o “trabalho abstrato” e os “apetites imaginários”, são aspectos de suma importância.

**WORK AND WORKERS IN MODERN BRAZIL (1954-64): DIALOGUE BETWEEN TWO HISTORIES**

**ABSTRACT:** *In Brazil, during the twentieth century, from 1954 to 1964, it is possible to observe the formation of a working class in Brazil, due to the enlargement of the national industrial park. This historical context was a fertile terrain for the genesis of the national-developmental ideological discourse. In the process of urbanization and industrialization, in the Ford/Taylor pattern, the unions and the political parties disputed the course of the working class in Brazil, which was formed as a new ethnical-regional mosaic, made up of, above all, national migrants coming from the rural areas of the country. Taking into consideration the macro-structural scenery and the subjective and symbolic dynamics of work, the analysis of the memories from ex-workers, who worked for different metallurgical industries from the automobile productive chain, threw lights on the conflicting relations of the everyday life in the modern world, showing a continuous attempt from these subjects to overcome the condition of working machines.*

**KEYWORDS:** *Experiences. Workers. Migracion. Resistance. Ideology. Work. Memorie.*

**REFERÊNCIAS**

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

BENJAMIN, W. Sobre o conceito de História. In: \_\_\_\_\_. **Magia e técnica, arte e política:** ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 222-234. (Obras escolhidas, 1).

CARDOSO, M. L. **Ideologia do desenvolvimento:** Brasil: JK a JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social.** Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2000.

DEVISATE, A. (Org.). **Problemas psicológicos da industrialização**. São Paulo: Centro e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo: Serviço de Publicações, 1959. (Coleção “Fórum Roberto Simonsen”, XII).

FERREIRA, J. **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GODOI, S. C. **A roça e o aço: as experiências e as resistências operárias no Brasil moderno (1954 a 1964)**. 2007. 197f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)–Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LINHART, R. **Greve na fábrica (L' Établi)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

LOPES, J. S. L. (Coord.). **Cultura & identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora**. Rio de Janeiro: Museu Nacional; São Paulo: Marco Zero, 1987.

MARTINS, J. S. Do ‘paraíso Volks’ ao trabalho no limiar do inferno. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, J5, 27 ago. 2006.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MICELI, P. C. **Era uma vez Sertãozinho...** certas histórias de uma história que é do trabalho: pessoas, fatos e feitos. São Paulo: Nobel, 1984.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, p.7-28, 1993.

RANIERI, J. Apresentação. In: MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004. p.11-17.

SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena**: experiência, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-80). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, F. T. Direitos, política e trabalho no porto de Santos. In: FORTES, Alexandre et al. **Na luta por direitos**: estudos recentes em história social do trabalho. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1999. p. 51-86.

THOMPSON, E. P. Prefácio. Agosto de 1963. In: \_\_\_\_\_. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v.1, p.9-14.

\_\_\_\_\_. **A miséria da teoria**: um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TOLEDO, C. N. de. **ISEB**: fábrica de ideologias. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997.

WEIL, S. **O enraizamento**. Bauru: EDUSC, 2001.

## OUTRAS FONTES

DIAS, O. A. **Entrevista**. [17 abr. 2006]. Entrevistador: Stela Cristina de Godoi. São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. **Entrevista**. [16 set. 2005]. Entrevistador: Stela Cristina de Godoi. São Paulo, 2005.

PINTO, A. **Entrevista**. [28 set. 2006]. Entrevistador: Stela Cristina de Godoi. Santo André, 2006.

KUBITSCHKEK, J. Discursos: 1958. Rio de Janeiro, 1959.

\_\_\_\_\_. Discursos: 1956. Rio de Janeiro, 1958.